

Congresso adota regra do STF na conversão

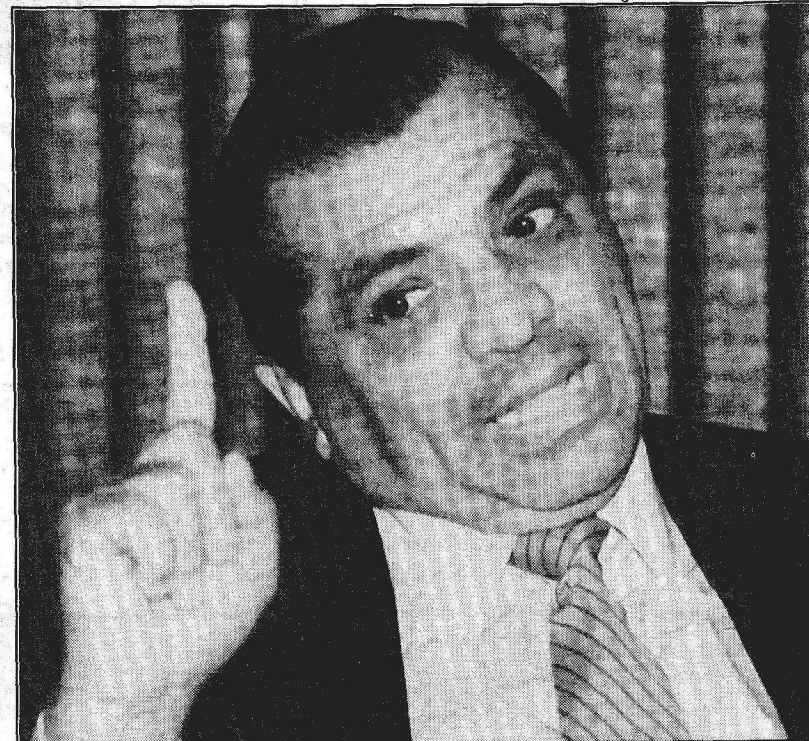
Sérgio Amaral/AE—21/2/94

*Câmara e Senado
contrariam MP do
governo para calcular
vencimentos em URV*

MARTA SALOMON

BRASÍLIA — O Congresso converteu os salários dos funcionários do Legislativo e dos parlamentares pela URV do dia 20, como fizeram os ministros do Supremo Tribunal Federal, e não pela URV do dia 30, como manda a Medida Provisória 434 do governo. As folhas de pagamento da Câmara e do Senado já estavam prontas ontem, com cálculos feitos pelo dia 20. Os contracheques devem ser entregues hoje e os salários pagos amanhã. O Banco do Brasil e várias estatais também adotaram o critério do Supremo, causando irritação no governo.

Os presidentes da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), e do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), poderão rever hoje a forma de conversão dos salários do Legislativo. Inocêncio discutiu o assunto à noite com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. "Espero que uma questão aritmética não sirva de instrumento para uma crise institucional", declarou o deputado depois da conversa. "Estamos dispostos a sentar com o governo e provar que não houve ilegalidade." No início da noite, o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), decidiu suspender a divulgação de nota oficial sobre o assunto para não ampliar a dimensão da crise aberta entre os poderes pelo atitude do Supremo.



Inocêncio: "Estamos dispostos a provar que não houve ilegalidade"

Os diretores-gerais da Câmara e do Senado, que cuidam da parte administrativa do Congresso, disseram à noite que não haviam recebido orientação para refazer os cálculos. Com o critério adotado na semana passada, os ministros do Supremo ganharam aumento de 10,9% na conversão dos salários. Segundo o diretor-geral da Câmara, Adhelmar Sabino, os parlamentares e funcionários do

Congresso terão uma perda salarial de 2,4% com a conversão pelo dia 20. "Se a conversão fosse pelo dia 30, a perda chegaria a 11,7%", disse Sabino. O diretor-geral do Senado, Manoel Villela, confirmou

que usou o mesmo critério adotado pelo Supremo. "Não há razão para o Senado voltar atrás", disse.

O assessor especial da Presidência Alexandre Dupeyrat Martins acredita que não haverá prejuízo para os cofres públicos com a decisão do Legislativo, porque o governo já decidiu suspender repasses de verbas destinadas a cobrir os reajustes salariais. "Se a divergência persistir, as pessoas que se sentirem lesadas deverão recorrer à Justiça e aí vamos discutir", disse Dupeyrat. O governo também acredita que o Senado vai manter o voto à isonomia dos salários de parlamentares e ministros de Estado com os ministros de tribunais superiores. "Os senadores estão conscientes da inconveniência do reajuste", disse o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS).